

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*65º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL: Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas.

Vitória da Conquista (BA), 15 a 17 de julho de 2022

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2020/2022

1º Vice-Presidente / Presidente em Exercício: Milton Pinheiro

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

home page: <http://www.andes.org.br>

e-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	6
Proposta de Pauta e Cronograma do 65° CONAD do ANDES-Sindicato Nacional	7
Proposta de Regimento do 65° CONAD	8
Formulário para Apresentação de Moção	19
TEMA I – ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	
Texto 1 – Atualização do Debate Sobre Conjuntura e Movimento Docente - Avançar na Luta em Defesa da Educação e dos Serviços Públicos – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	21
Texto 2 – Em Cenário de Prolongamento da Guerra, Crise e Contrarreformas, Rejeitar as Ilusões Eleitorais e Organizar a Luta por Empregos, Salários, Direitos e Contra as Privatizações no Terreno da Independência de Classe – <i>Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUDEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE).</i>	32
Texto 3 – O que a conjuntura impacta na vida docente? Remover o Governo Criminoso de Bolsonaro para Reconstruir e Transformar o Brasil – <i>Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Erika Suruagy (AdUFERPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), Juanito Vieira (ApesJF), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE).</i>	41
Texto 4 – Lutar Pelo Poder Popular! Pelo Socialismo e o Internacionalismo! Fora Bolsonaro! Construir a Universidade Popular! – <i>Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUDEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão</i>	47

(ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiucha Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Texto 5 – Aplicação de Sanção ao Sindicalizado Reginaldo Silva de Araújo – *Diretoria do ANDES-SN*

52

Texto 6 – Sede do 66º CONAD do ANDES-SN – *Diretoria do ANDES-SN*

54

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 5 – Aplicação de Sanção ao Sindicalizado Reginaldo Silva de Araújo	53
TR 6 – Sede do 66º CONAD do ANDES-SN	54

Apresentação

O 65º. CONAD acontecerá entre os dias 15 e 17 de julho de 2022, na cidade de Vitória da Conquista/BA, será sediado pela ADUSB e é o segundo evento nacional presencial do ANDES-SN “pós-pandemia”. O momento é grave: a pandemia não acabou e o número de contaminações cresce exponencialmente, o número de mortes aumentou e só não é mais grave, até o momento, em razão da vacinação.

A fome e a miséria assolam o país, a privatização de nossas estatais avança o projeto do e para o Capital. Na Educação, a crise está instalada. O retorno presencial, na maioria das IES, está sem monitoramento e condições sanitárias adequadas. O ensino remoto se apresenta de forma galopante, já que em várias universidades, Institutos Federais e CEFETs o chamado “ensino híbrido” tem tomado forma de alternativa de ensino, pesquisa e extensão. A evasão em 2021, segundo o INEP, atingiu o patamar de 5% e em 2022 já se constata que é uma realidade que afeta nossas instituições em nível nacional.

O colapso vem também pelo estrangulamento orçamentário, sobretudo, mas não só, no âmbito federal. Não bastasse a EC 95, os sucessivos cortes ao longo de 2020 e 2021, já tivemos a perda de 220 milhões dos 7,2 % anunciados como novo corte. Isso porque metade do percentual foi repassado para despesas obrigatórias, como anunciou a ANDIFES. Portanto, só nos resta lutar mais, dar um basta. Temos tarefas importantes nesse CONAD. Atualizar a avaliação de conjuntura, o plano de lutas, questões financeiras e organizativas e, fundamentalmente votarmos os TRs que foram remetidos do 40º Congresso com os relatórios consolidados do GTPE, GTPCEGDS, GTPAUA, GTHMD, GT Carreira e GTSSA.

A luta e a rua nos convocam a sair com nosso Plano de Lutas fortalecido para enfrentar a conjuntura.

Saudações Sindicais

Fora Bolsonaro e Mourão.

Diretoria do ANDES-SN

**PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO
65º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Vitória da Conquista/BA, 15 a 17 de julho de 2022

Tema Central: Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas.

Sexta-feira (15/07)	Sábado (16/07)	Domingo (17/07)
8h às 18h Credenciamento		
9h às 11h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	9h às 12h Plenária do Tema II
11h às 13h Plenária de Instalação		
8h às 17h30 Credenciamento		
14h30 às 17h30 Plenária do Tema I	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	14h às 17h Plenária do Tema III
18h30 às 21h30 Grupo Misto - Tema II	19h às 22h Plenária do Tema II	19h30 às 22h30 Plenária de Encerramento

TEMÁRIO:

Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente;

Tema II – Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas;

Tema III – Questões Organizativas e Financeiras.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 65º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 65º CONAD

Art. 1º O 65º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 15 a 17 de julho 2022, em Vitória da Conquista (BA), organizado pela ADUSB Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 65º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento até as 23h59min do dia 17 de julho.

Art. 2º O 65º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 65º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 65º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 40º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas.

II - implementar o cumprimento das deliberações do 40º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 40º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 65º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadore(a)s de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizado(a)s via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - o(a)s convidado(a)s pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

§ 1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SN não poderão participar como convidado(a)s, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 65º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais do(a)s sindicalizado(a)s via secretaria regional, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) a substituição de delegado(a) por observador(a) suplente será condicionada à apresentação dos crachás do(a) delegado(a) que se ausenta e de seu(sua) suplente na secretaria. Caso os dois crachás não sejam apresentados, a substituição desse(a) delegado(a) pelo(a) observador(a) deverá ser submetida à plenária;

d) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizado(a)s via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O(A) presidente do ANDES-SN preside o 65º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 65º CONAD será das 9 (nove) horas às 17 (dezesete) horas do dia 15 de julho de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento dia 15 de julho de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s credenciado(a)s; e Declaração de Compromisso de Testagem da Delegação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 24 de junho de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes credenciado(a)s; e Declaração de Compromisso de Testagem da Delegação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 24 de junho de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 4º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 65º CONAD:

- I - Comissão Organizadora;
- II - Comissão Diretora;
- III - Grupos Mistos;

IV - Plenárias;

V - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 65º CONAD.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 65º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 65º CONAD é constituída por 8 (oito) representantes da ADUSB Seção Sindical e por 5 (cinco) diretores(a)s do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 65º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III - providenciar a reprodução, para o conjunto do(a)s participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento do(a)s participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 65º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

II - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV **Dos Grupos Mistos**

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegado(a)s de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - diretores(a)s do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(a)s, sendo este também o número máximo de observadore(a)s.

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadore(a)s seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(a)s delegado(a)s componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre o(a)s delegado(a)s.

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadore(a)s credenciado(a)s.

§ 4º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 65º CONAD deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 65º CONAD, observado o *quórum* mínimo de mais da metade do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quórum* mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 20. O(A)s relatore(a)s dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designado(a)s, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio do(a)s relatore(a)s dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 65º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que

IV - o relatório consolidado do 40º CONGRESSO (Tema III), remetido ao 65º CONAD.

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 65º CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 65º CONAD.

Seção V **Das Plenárias**

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 65º CONAD, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. As plenárias do 65º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 65º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 65º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 6 (seis) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

Parágrafo único. Nessa plenária serão apreciados: o relatório consolidado do 40º Congresso com prioridade e o relatório consolidado dos grupos mistos realizados nesse 65º CONAD.

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 65º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 65º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 65º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 65º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 65º CONAD será feita por meio de ferramenta digital (QR CODE).

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio do cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 32. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical, organizadora do evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 33. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 65º CONAD;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 65º CONAD;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 34. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 35. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 36. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 37. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 38. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 39. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s, em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com o(a)s relatore(a)s, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 40. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos) improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 41. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

“Art. 28. O quorum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s, e as deliberações serão tomadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.” (Estatuto do ANDES-SN).

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 42. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail, **exclusivamente em formato Word**, à secretaria do 65º CONAD (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 15 de julho de 2022, endereçadas à comissão diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 65º CONAD; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 65º CONAD o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 17 de julho de 2022.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 65º CONAD.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 65º CONAD e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 43. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 44. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 45. A diretoria tem um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 65º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 46. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 65º CONAD.

Brasília(DF), 15 de julho de 2022.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponentes:

Seção Sindical:

Destinatário(a)s:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

A(O)s delegada(o)s ao 65º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília/DF, no período de 15 a 17 de julho de 2022, manifestam

Tema I: Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE - AVANÇAR NA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A situação mundial está dominada pela guerra na Ucrânia e suas consequências econômicas, políticas e sociais no mundo todo. As disputas entre os EUA e a China, nesse caso específico, em torno da escala de sanções internacionais contra a Rússia, bem diferente de colocar em primeiro plano o desastre humanitário da guerra, evidenciam os interesses de potências mundiais e regionais. Esse cenário expressa o choque em torno da tentativa de expansão da OTAN, tratado militar criado para manter a influência estadunidense, assim como a tentativa russa de manter sua influência geopolítica.

As consequências imediatas da guerra se inserem num quadro histórico que já era dominado pela crise do capitalismo. A eclosão de uma crise alimentar global não é mais uma probabilidade, mas uma realidade crescente. No coração da Europa, a escassez de alimentos desencadeou dificuldades há pouco impensáveis, com os roubos em supermercados por aposentados ou desempregados que não podem comprar alimentos essenciais. A crise pode atingir contornos dramáticos no Egito e na África Subsaariana, que dependem da importação de cereais russos e ucranianos.

Rússia e Ucrânia juntas abasteciam, até a eclosão da guerra, 30% do mercado mundial de trigo e lideravam a produção e exportação de outros produtos, como sementes de girassol. A Rússia também é o principal produtor de fertilizantes. Mas alguns insumos para sua produção - como o nitrato de amônio - foram derivados para a fabricação de explosivos. Existem 26 países no mundo que dependem de importações russas ou ucranianas para mais de 50% de sua oferta de grãos.

Soma-se ao cenário de guerra a crise climática, cujas causas não são "naturais": a Índia, outro importante produtor mundial de trigo, acaba de encerrar suas exportações, após ter perdido parte de sua colheita devido a uma onda de calor sem precedentes, atribuída ao aquecimento global. Por razões semelhantes, as colheitas foram afetadas em outras partes do mundo. A escassez de oferta gerada pela guerra e o clima é, no entanto, um gatilho dentro de uma crise global. Em primeiro lugar, a deterioração das condições nutricionais da humanidade se arrasta nos últimos cinco anos e atingiu um ponto alto durante a pandemia de coronavírus. Entre 2014 e 2020, a população mundial subnutrida passou de 600 para 800 milhões, voltando aos níveis de quinze anos atrás. Isso ocorreu em um período de forte expansão da oferta de grãos.

O salto nas taxas de desnutrição e fome foi notável durante a pandemia. No período em que cifras gigantescas foram gastas para socorrer as corporações capitalistas, milhões de pessoas foram deixadas à mercê da miséria social e a fome. A guerra, que se desenvolve num cenário cada vez mais internacional, as consequências de uma pandemia provocada pela destruição acelerada da natureza, a crise ambiental e a crescente penúria alimentar expressam as convulsões de agonia da até há pouco badalada “globalização” capitalista.

Nesse contexto, a guerra na Ucrânia é a manifestação da crise capitalista e do impasse do imperialismo em seu elo mais fraco. Por esse motivo, ela pode ser o prólogo de uma nova conflagração bélica mundial. A guerra na Ucrânia é a expressão da passagem da crise mundial do terreno econômico e político para o bélico, e terá repercussões, inclusive militares, no mundo inteiro, das quais nenhum país poderá fugir declarando-se neutro ou “equidistante”. Apresentando a Rússia como agressora, pouco ou nada foi dito na grande mídia sobre como a aliança da OTAN se expandiu, desde a dissolução e colapso da União Soviética em 1991, cada vez mais ameaçadoramente para a Federação Russa, o principal estado sucessor da antiga federação de nações que compunham a URSS. O governo ucraniano encabeçado por Zelensky recuperou o projeto de seu país para compor a OTAN. Antes disso, treze países, a República Checa, Polónia, Hungria (1999), Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Roménia, Bulgária, Eslovénia (2004), Albânia, Croácia (2009) e Montenegro (2017) aderiram à OTAN. A adesão dos países escandinavos, agora, pretende completar o cerco militar contra a Rússia.

A responsabilidade pela invasão militar da Ucrânia é, de um lado, da OTAN, encabeçada pelos EUA, que se espalhou do Atlântico Norte para a Ásia Central, e militarizou todos os estados ao redor da Rússia, e por outro lado, do interesse de Putin, que representa os interesses de uma oligarquia que se apropriou do processo de desmonte do estado soviético em 1991, e atualmente procura reestabelecer uma geopolítica que mantém a Rússia como potência imperialista do leste.

China e Rússia, do seu lado, avançaram no caminho da restauração capitalista. Presos às contradições do processo de restauração do mercado, estão enfrentando agora uma escalada da pressão militar, econômica e política para impor-lhes, por todos os meios, subjugação total, fragmentação, e lhes impor um novo tipo de colonização imperialista, mascarado como "regime democrático". Não estamos diante de uma nova “guerra fria”, opondo capitalismo e “socialismo real”. A integração russa ao mercado mundial resultou em um retrocesso de suas forças produtivas e de sua economia. Putin enfrenta a guerra como defensor dos interesses da oligarquia capitalista russa, depurada de alguns elementos mafiosos e beneficiária desse processo, contra o capital mundial.

As forças armadas da Rússia podem até ocupar a Ucrânia, mas o sistema russo, economicamente enfraquecido, não seria capaz de resistir à pressão conjunta do imperialismo mundial. A argumentação de Putin em defesa da invasão da Ucrânia esteve ao serviço de um objetivo: a refundação da Federação Russa com base nas

fronteiras da Rússia czarista. Tendo superado o trauma do colapso nacional, as classes dominantes russas estão voltando seu olhar para as antigas fronteiras da URSS, cujas fronteiras correspondiam, mais ou menos, às do território do império do czar.

O epicentro da crise mundial, porém, se situa no próprio sistema imperialista. A inadequação crescente da OTAN às relações internacionais abaladas tornava-se evidente à medida que suas operações militares culminavam em repetidos fracassos. A dissolução da União Soviética e a abertura da China ao mercado mundial pareciam anunciar uma expansão excepcional do capitalismo, mas as sucessivas crises mundiais mostraram suas limitações: a contradição entre o monopólio financeiro e militar dos EUA, por um lado, e seu recuo no mercado mundial, pelo outro. Na OTAN, o imperialismo norte-americano tinha confrontos mais frequentes com seus aliados, suas operações internacionais, como no Iraque, não mais conseguiam se apoiar em “coalizões internacionais”. Na crise ucraniana, a Rússia negociou com vários governos separadamente: a guerra ucraniana acentuou a crise do aparelho político-militar ocidental.

O pano de fundo da crise bélica são as contradições da acumulação capitalista e a rivalidade entre os grandes capitais e os Estados. As sanções econômicas da OTAN contra a Rússia são o reverso da “globalização”. Medidas econômicas “de exceção” são adotadas por países que temem se envolver em uma grande guerra comercial. A guerra cria a ameaça de um retrocesso do comércio e de uma crise das finanças internacionais, já afetadas pelo golpe que as cadeias produtivas internacionais receberam no quadro da pandemia. O governo Putin desencadeou operações militares sob a pressão de um impasse, da mesma forma que a OTAN insistiu em provocá-lo. Rússia está sob o domínio de uma oligarquia e de uma burocracia produto da expropriação da propriedade estatal, um capitalismo de segunda categoria que o capital internacional quer deslocar para seu próprio benefício. O motivo da guerra não é a independência da Ucrânia, a atual é uma guerra pela reconfiguração política internacional de um mundo capitalista em crise.

A América Latina, histórico “quintal” do imperialismo ianque, não foge a essa situação de conjunto. Junto da guerra na Ucrânia, na Colômbia, aliado latino-americano da OTAN e sede das bases militares do Comando Sul, vimos explodir a camarilha de Uribe, com a vitória eleitoral de Petro, enfrentado em segundo turno pelo neofascista Hernández. À incerteza política desse cenário soma-se a multiplicação de traficantes armados e o aumento incessante de ataques aos povos originários e indígenas, com perseguições e assassinatos de militantes populares. No Chile tivemos a vitória eleitoral de Boric, à cabeça de uma coalizão de esquerda, com uma Constituinte em andamento que, embora já apresente limitações, traz elementos importantes quanto aos direitos reprodutivos das mulheres e da natureza. Na Argentina, sob o governo de Alberto Fernández, avançou a conquista dos direitos das mulheres, com a legalização do aborto.

Há uma crescente polarização política em nosso continente; uma possível virada em direção de regimes de colaboração de classes em substituição dos neofascistas se

produzirá em condições econômicas e sociais muito piores do que aquelas existentes entre o início do século e 2015. Em declínio, o imperialismo norte-americano visa unificar a América Latina por trás da guerra da OTAN, é como parte dessa guerra que a pressão dos EUA contra a presença comercial da China na América Latina deve ser vista. Mas o mercado chinês é, para muitas economias latino-americanas e suas oligarquias dominantes, um dos últimos recursos de sobrevivência. Nas condições de polarização política e eleitoral entre neofascistas e partidários de regimes colaboracionistas, devemos defender a todo custo a independência política de classe e a autonomia e liberdade do movimento sindical, como condição de vitória estratégica da luta anti-imperialista e socialista no Brasil e na América Latina, em aliança com os trabalhadores do mundo todo.

A partir desse cenário da conjuntura internacional, o Brasil continua sendo marcado pelos fortes impactos determinados pela crise capitalista e por contradições entre os diversos blocos de forças que se organizam a partir das frações internas da burguesia e seu consórcio internacional. Esses elementos nos permitem entender a contradição principal da crise brasileira e perceber a intensificação dos aspectos que corroem a vida da classe trabalhadora. Cresce o desemprego e avança o mapa dos desalentados no mercado de trabalho; a inflação estabelece um processo de erosão do poder de compra da população ao tempo em que a carestia é duas vezes maior entre os trabalhadores do que entre a classe média e os mais ricos.

O quadro societário está marcado pela fome, essa chaga profunda tem esgarçado o tecido social, gerando uma miséria sem precedentes entre as populações pobres e pretas das mais diversas periferias, situação essa que vai se avolumando e atacando mulheres trabalhadoras que comandam milhões de lares pelo Brasil e populações LGBTQIA+ que estão integradas ao perfil da classe trabalhadora brasileira.

O espaço dos oprimidos está sendo violentamente atacado pelo aparelho repressor do Estado capitalista e suas variadas formas de extermínios. O braço armado da burguesia está matando em profusão nos morros cariocas, nas periferias das mais diversas cidades e até na câmara de gás da PRF. A juventude pobre e preta do Brasil está sendo deliberadamente abatida. A licença para matar, no governo Bolsonaro-Mourão, ganhou forte incentivo para que se desenvolva esse projeto de extermínio.

A manutenção desse quadro social, também, tem contribuído para a expansão das opressões que advém da sociabilidade capitalista, a exemplo do racismo, machismo, lgbtfobia e outras formas de opressões que operam no sentido da manutenção da ordem.

O pacto burguês, assim como a contrarrevolução permanente, continua unificado nos ataques aos direitos da classe trabalhadora. Essa forma política se manifesta na lógica do caos controlado e no avanço da destruição golpista por dentro do Estado brasileiro. É nessa perspectiva que o governo burguês-militar continua colocando na pauta do parlamento de negócios, controlado pelo Centrão, a questão das contrarreformas e das privatizações (Petrobrás, Correios, Eletrobrás, etc.). Conseguimos

com muita mobilização e luta barrar a PEC 32, mas não podemos baixar nossos instrumentos de ação e luta, muito menos abrir mão da unidade da nossa classe no enfrentamento dessas pautas regressivas.

Nessa quadra histórica de derrota estratégica e miséria social, a classe dominante e o governo burguês-militar de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão se movimentam para o combate eleitoral, e com esse horizonte tático tentam aprofundar rearranjos que possam agitar o processo eleitoral. O governo Bolsonaro-Mourão projeta uma iniciativa política que passa por diversas ações. Primeiro, o caso Daniel Silveira X STF para mobilizar as hordas neofascistas. Ameaçando a ordem institucional com a possibilidade do uso da força para promover alguma ruptura nos pilares da democracia formal. Segundo, setores entreguistas das FFAA lançam declarações ao vento sobre o tempo de governo que desejam ter (2035) e as bases de um novo Estado mínimo, profundamente voltado para os interesses das classes dominantes. Terceiro, o militar de plantão, que ocupa a chefia de governo e do Estado, toma a iniciativa política para operar algumas poucas políticas compensatórias para setores que se encontram nas balizas da Miséria social: auxílio Brasil de R\$ 400,00 e vale gás de R\$ 50,00.

O outro movimento de Bolsonaro-Mourão, nessa perspectiva da iniciativa política, está voltado para os caminhoneiros, isso faz com que ele exercite a Fake News no sentido de tergiversar sobre de quem seja realmente a responsabilidade sobre os constantes aumentos nos combustíveis, assim como, também age para agradar sua base entre os caminhoneiros ao possibilitar uma renovação da frota em condições favoráveis para os autônomos. Com essa mesma lógica eleitoreira, nesse mesmo segmento da baixa classe média, ele libera o uso do FGTS com vistas ao aquecimento do mercado.

A operação de destruição das balizas que minimamente permitiam algumas políticas públicas de acompanhamento das necessidades da população, e do sistema de proteção ao trabalho, foram deliberadamente desarticuladas. Direitos sociais foram retirados das iniciativas do Estado brasileiro. Mas, não ficaram só nessas ações. O meio ambiente brasileiro tem sofrido o maior ataque da história. As florestas estão sendo queimadas, os rios estão sendo poluídos pela postura predatória de garimpeiros, madeireiros e do agronegócio. O ambiente urbano das grandes e médias cidades entrou em colapso, levando à morte uma parte expressiva da população que não tendo onde morar se aloja nas áreas mais vulneráveis. Tudo isso com a solene prevaricação do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais, sempre governos integrados ao pântano político de Jair Bolsonaro. Ao lado da destruição ambiental, os aliados do governo federal avançam sobre as terras das populações indígenas, atacando e matando os resistentes.

Na mais densa crise capitalista do Brasil da história recente, o governo burguês-militar tem aprofundado o descaso com a saúde pública. O SUS padece com cortes e contingenciamentos, agravados pela EC95; está em curso uma profunda operação de destruição dos serviços públicos para tornar, a partir das mais diversas contrarreformas, o que é prestação de serviços públicos em carteiras de negócios da ordem privada.

O espaço da contestação pública (fora Bolsonaro) perdeu fôlego em virtude do processo eleitoral que foi colocado, por diversas forças políticas, como prioridade na conjuntura em curso. Esse talvez tenha sido um grande equívoco das forças de esquerda e de oposição ao governo federal, configurando-se uma capitulação política de setores sociais democratas. O conjunto de lutadores sociais não deve sair das ruas, o fora Bolsonaro é uma consigna necessária para enfrentarmos o projeto burguês-militar que o atual presidente encarna. Sair das ruas em virtude do calendário eleitoral gera impasses e não ajuda no desvelamento das tarefas centrais da classe trabalhadora na atual conjuntura política brasileira.

O quadro das questões objetivas nos permite informar que precisamos derrotar Bolsonaro e Mourão nas ruas e/ou nas urnas. Contudo, diante da nossa necessária independência de classe, devemos continuar nas ruas seja lá quem for o(a) vencedor(a) do pleito eleitoral de 2022 para que os interesses da nossa classe sejam defendidos com a devida centralidade da luta. A classe trabalhadora ainda não consegue desvelar as questões subjetivas. Portanto, nossa militância também deve ser marcada pelo desenvolvimento da consciência crítica diante da fome, miséria, desemprego, carestia e do papel destrutivo que a decadência ideológica representada por Bolsonaro opera na vida social.

Devemos continuar a luta pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, a emenda constitucional 95 (teto dos gastos), a famigerada lei da (ir)responsabilidade fiscal que, ao fim e ao cabo, opera para facilitar o pagamento da dívida pública, ou seja, o rentismo oficial. Devemos agir com firmeza na defesa dessas revogações e das privatizações do patrimônio estratégico brasileiro.

No roteiro das ações estratégicas do ANDES-SN, para além do nosso vigoroso compromisso de luta, mobilizações, defesa da unidade de ação da nossa classe, operamos a luta, também, em defesa da greve nacional do serviço público por 19,99% de reposição salarial, a necessidade da greve da educação (ANDES/SN, FASUBRA, SINASEFE, UNE, FENET, ETC.), o ocupa Brasília e o conjunto de ações de solidariedade. Todo esse arcabouço de ação é a marca mais forte do nosso sindicato nacional. Precisamos pensar, também, na greve nacional contra a fome, a miséria social e contra a destruição dos serviços públicos e o patrimônio público brasileiro.

Nesse arcabouço tático de lutas para que possamos marchar na construção de um movimento que possa reverter a derrota estratégica da nossa classe, temos que ter uma preocupação fundamental com o crescimento global da extrema direita e sua atuação no Brasil. É preciso estar atento(a) aos movimentos das hordas neofascistas, ao papel do governo burguês-militar na organização da repressão aos movimentos populares, operário e sindical, e na defesa da nossa militância. Portanto, devemos despertar para a proteção militante e a solidariedade que devemos ter nessa frente de luta contra o inimigo.

Nesse cenário de crise, estamos vivendo um contexto de aprofundamento do desmonte da educação pública estatal, em todos os níveis, da educação básica ao ensino superior. Esses ataques não se iniciaram agora, há anos vem se pavimentando o caminho para o alargamento do projeto do capital para a educação. A financeirização da educação tem crescido de forma acentuada nas últimas décadas em decorrência do avanço da mercantilização da educação e das formas de privatização por dentro do ensino público.

Isso significa que está em curso uma intensificação da mercadorização da educação em articulação com os grandes conglomerados empresariais, com dominância financeira nas políticas educacionais com bases nas parcerias público-privadas e cooperações bilaterais, multilaterais e organismos internacionais com interesse em dominar a política educacional nos países fora do eixo das potências imperialistas.

Diuturnamente, tivemos que travar batalhas contra o projeto privatista do capital voltado para a educação. As forças conservadoras têm desengavetado projetos nocivos que implicam em consequências desastrosas no caráter da educação pública, gratuita, estatal e socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora e não na lógica do mercado que tem por princípio a meritocracia, alimentada pela desigualdade educacional, resultante da desigualdade social, econômica e política.

É importante destacar que está prevista para o ano corrente a revisão da lei das cotas (Lei n. 12.711/2012), que completa 10 anos de sua aprovação, sendo um grande avanço de inclusão ao ensino público superior de estudantes negros, indígenas, deficientes e que tenham realizado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Há receio que essa revisão expresse um retrocesso. Tramitam projetos no Congresso Nacional que visam ampliar o prazo para essa revisão, tendo em vista que o atual governo tem posições contrárias às cotas raciais e seus ministros defendem que a Universidade é para poucos. Temos que acompanhar essa questão e organizarmos um enfrentamento a qualquer medida de retrocesso à inclusão de estudantes pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

O Ministério da Educação do (des)governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão registra as posições mais conservadoras na atual quadra histórica. Em primeiro lugar, pela disseminação de ataques e criminalização aos pesquisadores, professores e militantes que atuam na educação. A adoção de medidas que cerceiam as liberdades democráticas e recrudesce o pensamento conservador a patamares elevados, tentando destituir as instituições educacionais públicas da produção do conhecimento crítico.

A propagação do projeto Escola sem partido e o combate ao que chamam de "ideologia de gênero" são manifestações de desrespeito aos educadores e educandos e se encaminham à disseminação de posturas racistas, machistas e LGBTQIA+fóbicas nas escolas e universidades de todo o país.

Associado à escola da mordaza, que ainda não conseguimos enterrar definitivamente, pois a tática usada pelos seus defensores agora é de aprovar legislações no plano municipal e estadual, para acumular forças e tentar aprovar suas posições na esfera federal, existem vários projetos conservadores que estão sendo desengavetados, a exemplo do *homeschooling*, mais conhecido por educação domiciliar. Esse projeto é a expressão de um desejo de famílias originalmente da classe média que combatem a educação escolar, ofertada atualmente nas instituições públicas ou privadas, de tornar legal a prática da educação domiciliar sob controle de pais e mães, à revelia de qualquer ingerência pública.

É mais uma tentativa de privar as crianças e jovens do direito a uma educação pública, gratuita às famílias da classe trabalhadora, esvaziando um dos papéis fundamentais cumprido pela escola que é o processo de socialização. Esse projeto de lei, PL nº 3.179/2019, foi oficialmente aprovado em 18 de maio de 2022, na Câmara dos Deputados, sendo agora encaminhado ao Senado para, sendo aprovado, ser legalmente instituído pelo poder público.

Como se disse, a educação domiciliar (*homeschooling*) destitui o papel socializador das escolas, precariza ainda mais a ação docente e restringe o processo de educação ao âmbito familiar, constituindo um duro golpe contra as conquistas no âmbito da educação pública em nosso país. As experiências já realizadas apontam para o fato de que nessa modalidade, os pais acabam assumindo a tarefa educativa mesmo destituídos de qualquer formação para o exercício do magistério, ou, pior ainda, o estudante se organiza por conta própria em seu processo de aprendizagem, sem socialização e sem as condições imprescindíveis à educação.

O argumento absurdo dos defensores da *homeschooling* é de retirar as crianças, adolescentes e jovens da influência da esquerda, alegando que as ideologias de esquerda se apropriaram da escola. Uma premissa inverossímil e equivocada em todos os aspectos. Na verdade, o governo e seus seguidores se apoiam em um argumento ideológico e no senso comum para esvaziar o trabalho docente e precarizar ainda mais as condições de trabalho e de salário dos docentes. Com essa medida, o governo Bolsonaro-Mourão pretende, na verdade, fragilizar a luta e a organização sindical da categoria docente, individualizando os problemas da educação, fragmentando e criando situações de insegurança e instabilidade em relação à reprodução social da existência dos mesmos.

A Educação domiciliar vai fortalecer mais ainda a meritocracia e a concorrência entre professores que atuam nesse formato, considerando também a falta de autonomia do docente que ficará sob a vigilância e controle dos pais. Outro aspecto a ser considerado é a “uberização” provocada pela educação domiciliar, na qual os trabalhadores se registram numa determinada plataforma, preenchem cadastros, submetem-se a processos seletivos simplificados, voltados para a compra e venda da educação, como mercadoria.

Os professores são contratados por hora de trabalho/tarefas, a exemplo da gravação de videoaula. Há uma demanda temporária do trabalho do professor, de acordo com as necessidades dessas famílias. Isso tem como consequências a não realização de concursos públicos para a contratação de novos professores, reduzindo de forma drástica o número de docentes e extinguindo de vez a estabilidade no serviço público. A Educação domiciliar destrói, portanto, vários direitos duramente conquistados pela categoria docente. Em congressos anteriores do ANDES-SN aprovamos deliberações sobre essa questão, indicando a necessidade de combater com mobilização e luta esses ataques, posição que permanece atual e urgente.

Outro problema que ronda a realidade das Universidades, Institutos Federais e Cefets são os cortes de recursos dos orçamentos, além de bloqueios e contingenciamentos de verbas na educação e redução de investimentos no campo da ciência, tecnologia e inovação. Mal retornamos à presencialidade, mais uma vez nos deparamos com um novo anúncio de corte orçamentário no MEC, inicialmente de 14,5%, depois reduzido para 7,2%, na ordem de 1,6 bilhão, inclusive de verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinado ao desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica no país.

Tais cortes afetam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé que sustenta a universidade pública, imprescindível para a qualidade do trabalho docente em regime de dedicação integral ou exclusiva, além de acarretar implicações na política de assistência e permanência estudantil, comprometendo o apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade, além de outras demandas importantes na garantia do bom funcionamento das instituições públicas de ensino superior, a exemplo de despesas básicas com água, telefone, eletricidade, pagamento do(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s e outras despesas relacionadas à manutenção.

A política de cortes de recursos de Universidades, Institutos Federais e Cefets não é nova. Desde pelo menos 2014 houve sucessivos cortes, bloqueios e contingenciamentos na dotação orçamentária, acentuados de forma dantesca no atual (des)governo de Bolsonaro-Mourão. É importante destacar que os governos estaduais e municipais têm praticado essa política de cortes e subfinanciamento da educação pública e no ensino superior. Na educação básica, muitos não cumprem a Lei do Piso e nas universidades estaduais e municipais congelam os salários, não dão reajuste, ou quando dão é muito aquém das perdas inflacionárias.

Nesse contexto, a autonomia universitária foi duramente golpeada desde o início do governo Bolsonaro-Mourão, desrespeitando a limitada consulta universitária na escolha do reitor e vice com base na lista tríplice, na verdade um entulho autoritário que já devia ter sido varrido da história, se efetivamente se respeitasse a autonomia da decisão da comunidade universitária. O número de intervenções no último período foi recorde, em mais de 26 universidades, contando com 28 episódios de intervenção, isso pelo fato da Universidade Federal de Dourados ter sofrido, registre-se, dois processos de intervenção.

Faz parte da história do ANDES-SN a defesa dos direitos democráticos, vinculados a um projeto de universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Os interventores têm cumprido um papel de adotar ações persecutórias e outras ameaças aos educandos, educadores, técnico-administrativo(a)s e terceirizado(a)s, com abertura inclusive de PADs como instrumentos de perseguições aos que se opõem às medidas autoritárias.

O Ministério da Educação de Bolsonaro anunciou, no final de maio do corrente ano, mais uma medida contra a educação superior: o Reuni Digital; tem como escopo a expansão de vagas via Ead, a criação de uma universidade federal digital. É importante rememorar a publicação da Portaria nº 2.117/2019 que remodelou a carga horária, que era de 20%, e passou a ser 40% para Ead em cursos presenciais de graduação. Logo que apareceu a proposta do Reuni Digital em 2021, o ANDES-SN já denunciava, reconhecendo que esta proposta visava liquidar o tripé que sustenta a universidade pública: ensino, pesquisa e extensão.

Outro ataque em curso diz respeito à PEC 206/2019, cujo autor é o general Peternelli (PSL/SP), que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e que modifica o art. 206, inciso IV, e acrescenta um parágrafo 3º ao art. 207, da Constituição Federal, instituindo a cobrança de mensalidades em universidades públicas. Devido às pressões do movimento social, operou-se um acordo para a retirada do projeto de pauta. Mas, a ameaça de voltar a ser colocada em votação continua.

A PEC 206/2019 representa um grande retrocesso não só porque faz avançar o processo de mercantilização por dentro do ensino superior público, como exclui a maior parte da população, os trabalhadores, que não têm a menor possibilidade de arcar com o ensino pago. Essa PEC é parte de um projeto maior discutido pela casta militar de se manter no governo federal até meados da década de 2030 e avançar nas privatizações das estatais e na mercantilização da saúde e da educação.

Duas questões se colocam imediatamente: o retorno presencial e a discussão sobre uma greve no conjunto do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, incluindo a educação. Quanto ao retorno presencial, é preciso destacar que ele ainda não se completou, pois coexiste com o ensino remoto e o híbrido. A comunidade universitária, formada por docentes, estudantes, técnico-administrativo(a)s e trabalhadore(a)s terceirizado(a)s encontraram nesse retorno uma universidade em profundo processo de deterioração.

O ANDES-SN formulou um programa de defesa da vida e das condições de trabalho da categoria, mostrando a necessidade de seguir as recomendações de biossegurança, considerando todas as medidas sanitárias, humanitárias e sociais, em consonância com as orientações do sistema público de saúde e da comunidade científica nacional e internacional. Estamos diante do crescente aumento de transmissão do coronavírus, sendo que a pandemia está em curso e não devemos relaxar nos cuidados.

Por fim, temos construído, através das deliberações congressuais, reuniões dos setores, assembleias de base e diversas ações nas ruas e nas redes, um processo de greve do conjunto dos servidores públicos federais. Desse cenário, tem surgido a articulação entre as entidades da educação e estamos envidando nossos esforços para a construção de um forte processo de mobilização na perspectiva de uma greve da educação nas Universidades, Institutos Federais e Cefets, tendo em vista os profundos ataques desferidos pelo governo Bolsonaro-Mourão e MEC à educação, de modo que pelo menos as condições objetivas neste momento estão dadas. Embora seja preciso estabelecer de forma dialética a relação entre essas condições objetivas de ataques e deterioração da educação e condições de trabalho com as condições subjetivas, o que significa debater com a categoria e avançar em um movimento de mobilização permanente que possa culminar numa greve unificada-

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE).

EM CENÁRIO DE PROLONGAMENTO DA GUERRA, CRISE E CONTRARREFORMAS, REJEITAR AS ILUSÕES ELEITORAIS E ORGANIZAR A LUTA POR EMPREGOS, SALÁRIOS, DIREITOS E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES NO TERRENO DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

O 65º CONAD acontece em uma conjuntura de prolongamento da guerra na Ucrânia, baixo crescimento e estagnação da economia mundial, maior concentração da riqueza e ampliação da miséria, fome e desemprego. Os governos seguem descarregando o peso da crise sobre as massas, por meio de contrarreformas e privatizações, destruindo antigas conquistas trabalhistas, previdenciárias e sociais e desnacionalizando ainda mais as economias nacionais. Os serviços públicos e, juntamente a ele, o funcionalismo, é atacado por meio do desfinanciamento, precarização, sucateamento e várias modalidades de mercantilização. O CONAD tem a tarefa de rejeitar a resposta corporativa que ainda tenta condicionar o retorno presencial às condições sanitárias, levando ao prolongamento e naturalização do ensino à distância e pode servir ideologicamente a propostas como a do Reuni Digital. Os cortes no orçamento na Educação e as contínuas ameaças à gratuidade nas instituições públicas fazem com que a luta por condições de trabalho e estudo seja parte da luta geral dos explorados contra o entreguismo, por empregos, salários e direitos. Essas bandeiras se confrontam com a ação do imperialismo no Brasil e no mundo, exigindo uma resposta classista e anti-imperialista.

Pelo fim da Guerra na Ucrânia

No momento em que escrevemos este texto, a Guerra na Ucrânia completou 100 dias e tudo indica que irá se prolongar. Os EUA destinaram US\$40 bilhões para municiar a Ucrânia com armas sofisticadas, países europeus também se somam a essa cruzada. Aumenta o perigo de a guerra ultrapassar as fronteiras ucranianas. O fortalecimento das tendências bélicas sinaliza que a partilha do mundo pós II Guerra Mundial se esgotou. A guerra comercial é expressão desse esgotamento, do estreitamento do mercado mundial e agigantamento do parasitismo financeiro. A burguesia responde a suas crises com a destruição massiva de forças produtivas, como testemunham as ruínas do Iraque, Líbia, Afeganistão e Iêmen. O presidente dos EUA, Joe Biden, tem indicado que a via como tem conduzido o cerco à Rússia deve se repetir com a

China, colocando-se como defensor de Taiwan e buscando ampliar sua presença econômica e militar na Ásia.

O profundo retrocesso da classe operária internacional, cujos marcos são a degeneração do Estado operário Russo, a destruição da III Internacional, e a desintegração da URSS, se reflete na perda de antigas conquistas e, sobretudo, na crise de direção revolucionária. A desintegração do capitalismo, porém, recoloca objetivamente a necessidade de uma resposta internacionalista e classista.

A direção do ANDES-SN tem se recusado a adotar uma posição classista e internacionalista diante da Guerra. No 40º Congresso defendeu que não houvesse nenhuma deliberação sobre o tema. Segue vigente a necessidade de que nosso sindicato erga uma campanha pelo fim da Guerra, que seja expressa nacional e internacionalmente, nos espaços em que nosso sindicato atua. Devemos mostrar os vínculos entre a guerra e a decomposição do sistema capitalista, mostrar aos explorados os efeitos da desorganização da economia mundial e das sanções econômicas na alta do custo dos combustíveis e alimentos e erguer alto as bandeiras de fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Essas são as bandeiras capazes de unir a classe operária ucraniana, russa e europeia, como parte da unidade da classe operária internacional.

Alta no custo de vida e tendências de luta

A guerra alimenta as tendências de estagnação das economias e generaliza a disparada inflacionária. A alta nas taxas de juros amplia o peso da dívida pública nos países semicoloniais ao mesmo tempo em que serve de base para os governos justificarem as contrarreformas e os cortes orçamentários. A carestia combinada com a gigantesca massa de desempregados e subempregados, intensifica e expande a fome. Desde a crise de 2008, as massas vêm sendo fustigadas, a pandemia foi mais um dos flagelos. Mal arrefeceu a mortandade pelo coronavírus, a guerra e os efeitos das sanções econômicas norte-americanas contra a Rússia e a economia mundial tornaram-se o novo cenário de ataque do capital às condições de vida das massas.

A combinação de desemprego, de fechamento de fábricas, de salários defasados diante da alta dos combustíveis e dos alimentos, de destruição de direitos trabalhistas, e de privatizações tem lançado setores das massas à luta. A mobilização operária da Companhia Siderúrgica Nacional mostra a forte disposição da luta, capaz de passar por cima da direção traidora da Força Sindical, criar um comitê de base e não se dobrar diante da repressão patronal e judicial. Desenvolvem-se lutas contra o fechamento de fábricas e contra a privatização dos metrô, a exemplo de Belo Horizonte e Recife. As centrais sindicais, porém, têm mantido as greves que despontam isoladas, seja nas fábricas, seja no funcionalismo público, como foi o caso da greve do INSS.

Nenhuma ilusão nas eleições

Mesmo sem nenhum amparo na realidade, as direções sindicais e políticas arrastam as massas para as ilusões eleitorais. Respondem a cada reivindicação das massas com a promessa de um novo governo, saído das urnas em outubro de 2022. Reafirmam a centralidade do "Fora

Bolsonaro". Dizem que não basta eleger Lula, mas também eleger bancadas progressistas no parlamento. Escondem das massas que um novo governo burguês, saído das eleições, será incapaz de fazer frente à ofensiva do imperialismo. Que só as massas em movimento, com suas próprias reivindicações e métodos, podem se defender e criar condições para sua própria estratégia de poder. Escondem também a responsabilidade da política de conciliação de classes

As esquerdas no Brasil comemoraram cada vitória dos "progressistas" no mundo e na América Latina. Celebraram a vitória de Biden, como novos ares, que rapidamente se revelarem os mesmos ares pútridos da barbárie capitalista. Depositaram ilusões nos governos de Castillo, no Peru, e de Boric, no Chile, que já reprimem as massas que lutam contra a alta do custo de vida e, no caso chileno, também militariza os territórios mapuche. As ilusões só atrasam a tarefa de organizar a luta no campo da independência de classe, pelas reivindicações mais elementares de empregos, salários e direitos. Pela real autodeterminação das nações originárias.

Está na ordem do dia quebrar o isolamento das greves que despontam e exigir das centrais e sindicatos a realização de um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, que é parte da construção de uma greve geral.

Por um rigoroso balanço das campanhas salariais

A corrosão dos salários se faz sentir de forma cada vez mais intensa entre técnico-administrativos e docentes. As perdas acumuladas ultrapassam os 50%, mas as entidades agrupadas no Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (FONASEFE), dentre as quais estão o ANDES-SN e a FASUBRA, estabeleceram um índice emergencial de 19,99%, correspondente aos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. A campanha salarial unificada foi deflagrada em 2022, após Bolsonaro anunciar que daria reajuste apenas aos policiais federais. O FONASEFE – sem se apoiar na mobilização das categorias, com os comitês e assembleias presenciais –, em vez de uma alavanca à luta unificada, tornou-se um alibi para as direções permanecerem com os atos por delegação e métodos de pressão parlamentar. O não rompimento das direções com os métodos sindicais virtuais reforça a atomização e a passividade que impera nas universidades e nos institutos federais. Sem a construção pela base, os anúncios de datas de deflagração de greve, em geral, tornam-se blefes. E as greves iniciadas isoladamente, ao mesmo tempo em que testemunham a disposição de luta, correm o risco de minguarem isoladas.

Em nível estadual, os mesmos problemas se repetem. Os servidores públicos e, dentre eles, os docentes universitários, acumulam perdas inflacionárias gigantescas, em alguns casos ultrapassando 200%, como no Rio Grande do Norte e os governos, sejam de que partido for, mantém a política de arrocho salarial. Enquanto isso, as direções sindicais rebaixam os índices reivindicados e subordinam o movimento ao eleitoralismo.

Será preciso fazer um rigoroso balanço da campanha salarial, pois permanece como necessidade romper com os métodos virtuais e a subordinação do movimento às ilusões jurídico-parlamentares.

Combater a reforma administrativa

Ainda que a PEC 32/2020 não tenha sido colocada em votação, o governo vem promovendo a desconfiguração dos serviços públicos por meio do estrangulamento orçamentário, do arrocho salarial e do bloqueio aos concursos públicos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a se vangloriar de estar fazendo uma reforma administrativa “invisível” nos últimos anos, ou seja, sem a necessidade de mudança nas leis.

Os gastos com servidores de 1997 até hoje só vem caindo. No início da série histórica, o percentual do PIB era de 4,1%, tendo chegado a 4,8%, nos anos de 2001 e 2002 e, em seguida, recuado até 2009 quando chegou a 4,6%. Daí em diante a queda é persistente, chegando aos 3,5% neste ano. O governo pretende que até 2025 o percentual recue até 3,1%.

Quando olhamos para os números de ingressos de servidores, os números despencaram também a partir de 2014, de 39 mil naquele ano para os 4 mil e 900 em 2021. O que representa um sucateamento sem precedentes no funcionamento de instituições e de órgãos federais, a exemplo do INSS, que manteve uma dura greve por dois meses.

O que é “economizado” às custas do funcionalismo e da precariedade dos serviços públicos, tem destino certo: o pagamento de juros e amortização da Dívida Pública, ou seja, manutenção do parasitismo financeiro em detrimento dos serviços públicos.

Entretanto, nada disso é “natural”. A crise econômica e a ação conjunta dos governos (de esquerda e de direita) e de capitalistas têm orientado a política de Estado para sucatear os serviços públicos e atacar os direitos e os salários dos servidores. Tais ataques só foram possíveis pela colaboração direta ou indireta das direções sindicais dos sindicatos de servidores. O arrocho salarial e a sobrecarga, decorrente da ausência de concursos, não têm nada de invisíveis. Só não chamaram a atenção pelo silêncio das direções colaboracionistas e imobilistas. Lembramos que, em 2020 e em 2021, a política de congelamento salarial não foi contestada pelos Fóruns de servidores federais. Os sindicatos colaboraram com a política burguesa de isolamento social, sem realizar assembleias presenciais, atos, paralisações ou greves. As campanhas salariais inexisteram nos últimos anos. Agora, são retomadas com os métodos virtuais e sem mobilização ativa das bases.

Enfrentar a PEC da Reforma Administrativa oficial ou as medidas adotadas pelos últimos governos é a necessidade urgente de todo o funcionalismo, que deve se unir aos demais trabalhadores para fazer frente aos governos e aos capitalistas. Em nível estadual, as reformas administrativas “visíveis” ou “invisíveis” também se fazem sentir no interior das universidades, onde a precariedade faz dos contratos de substitutos um regime de trabalho, onde se aplicam leis antiautonomistas como a Lei Geral das Universidades, no Paraná; ou mesmo se prolonga o “ensino remoto emergencial” não mais com a justificativa sanitária, mas para se adaptar aos baixos salários de substitutos e à falta de orçamento.

Derrubar e enterrar a PEC 206/2019: Unir a luta contra a privatização da Educação ao combate ao plano entreguista de Bolsonaro

Mais uma vez, vem a público a proposta de cobrança de mensalidades nas universidades brasileiras. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 206/2019, de autoria do deputado General Peternelli (União Brasil-SP), entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados, no dia 24 de maio. O relator, conhecido inimigo da educação pública, Kim Kataguiri (MBL/União Brasil-SP), deu parecer favorável à proposta. O anúncio da pauta gerou movimentações nas redes sociais e os integrantes da CCJ acataram o requerimento

do PT, apoiado por outros partidos de oposição, para adiar a votação. Chamou a atenção que dentre os apoiadores da PEC estavam os deputados Frei Anastácio (PT-PB) e Vander Loubet (PT-MS) que, após repercussão, retiraram o apoio.

A proposta privatista se reveste do discurso da "justiça social", recomendado pelo Banco Mundial, de cobrar mensalidades apenas dos "mais ricos", para ajudar a custear o ensino gratuito dos "mais pobres". Nada mais falso, os planos do imperialismo são de avançar na destruição total do ensino superior público e gratuito no Brasil. Dias antes, foi divulgado o "Projeto de Nação, o Brasil em 2035", dos institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista, em que os militares incluem, entre os temas que consideram "estratégicos", a defesa da cobrança pelo atendimento do SUS e de mensalidades nas Universidades Públicas.

É urgente erguer a luta em cada escola, bairro e universidade, em defesa da educação pública e gratuita. A luta contra a privatização, no entanto, vai muito além do combate à cobrança de mensalidades. Temos um dos sistemas de ensino superior mais privatizados do mundo. A cada quatro estudantes, três estão em instituições privadas. Somente 18% dos jovens de até 24 anos estão no ensino superior. A expansão de matrículas tem se dado à base do financiamento público da rede privada, por meio do PROUNI, FIES, e penetração do capital monopolista internacional na educação. No interior das instituições públicas, a privatização interna avança junto ao estrangulamento orçamentário.

A pressão do Banco Mundial pela quebra da gratuidade

A fonte das diretrizes de privatização do ensino superior pode ser encontrada nos documentos do Banco Mundial (BM). O documento “La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia”, publicado em 1994, pelo BM, trazia quatro diretrizes para a reforma da educação superior, na América Latina, na Ásia e no Caribe: 1) Maior diferenciação das instituições; 2) Diversificação do financiamento das instituições estatais, e adoção de incentivos para seu desempenho, 3) Redefinição da função do governo, e 4) Enfoque na qualidade, na adaptabilidade e na equidade. Em relação à diversificação do financiamento, o receituário neoliberal incluía: a ampliação da participação dos estudantes na cobertura dos custos, por meio de cobrança de matrículas e mensalidades, e corte de verbas da assistência estudantil (moradia, alimentação), consideradas como “subsídios para gastos não relacionados com a instrução”; doações de empresas (mediante isenção fiscal), e de ex-alunos; e a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado.

O Banco Mundial, no documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, de 2017, atualizou suas análises e recomendações. Retomou a argumentação de que os gastos com ensino superior são regressivos (beneficiam os mais ricos) e ineficientes, podendo ser cortados pela metade e mais bem aproveitados na educação básica, beneficiando os mais pobres. Uma grande farsa, pois, a real preocupação do Banco Mundial é com o capital monopolista, e a sustentação do parasitismo financeiro. Os atuais defensores do fim da gratuidade, portanto, são meros repetidores dos argumentos gestados pelo Banco Mundial. Mas não se pode esquecer que os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, cada qual à sua maneira, vêm implementando o receituário do Banco Mundial.

Apesar dos direitistas defenderem que as universidades sejam, realmente, para uma elite, para argumentar em defesa da cobrança de mensalidades, dizem combater o elitismo. Por

outro lado, a associação de reitores, ANDIFES, e entidades sindicais e estudantis, procuram afirmar que o ensino superior brasileiro não é elitista. Usa-se, sem rigor, os dados divulgados pela Andifes, referentes a 2018, que apontam que 51,2% dos estudantes das universidades federais são negros, 54,6% mulheres, e 70,2% têm renda per capita de até 1,5 salário-mínimo. Além do que, 60,4% dos alunos graduandos passaram por escolas públicas. O questionário foi respondido por 35% dos estudantes de forma espontânea, sendo que as instituições estimularam principalmente os bolsistas a responderem. Sendo assim, não é possível ter certeza de que esta é a composição real das universidades.

É fato que as políticas afirmativas, implementadas sob os governos petistas, levaram ao ingresso de mais estudantes vindos de escolas públicas e de negros, porém, é importante reconhecer que nossas universidades permanecem elitistas e excludentes. Reconhecer isto não significa jogar água no moinho das políticas privatistas, isso só se dá quando se abandona a defesa da educação para todos, como direito universal, e se adentra no campo das políticas seletivas e focalizadas, indicadas pelo receituário neoliberal. Eis por que uma posição democrática e classista luta pela defesa do acesso irrestrito da juventude ao ensino superior público e gratuito, sem exames de ingresso.

A argumentação da “justiça social” é farsesca. Trata como inalterável a condição de sangria das riquezas nacionais, por meio da dívida pública. Daquilo que sobra para o orçamento das políticas sociais, propõe-se as rigorosas análises de eficiência e de foco na pobreza extrema. Os que aceitam tal perspectiva abrem mão da defesa da educação como direito universal. Devemos rejeitar a "escolha" entre onde aplicar o dinheiro público: educação básica ou superior públicas. Para isso, é necessário erguer um movimento pelo financiamento integral da educação por parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias. Tal reivindicação, evidentemente, se choca com o pagamento da dívida pública. Sem isso, a realidade da crise financeira nas universidades públicas brasileiras vira argumento para a inevitabilidade do avanço do privatismo.

Defender um sistema de educação integralmente público e gratuito

A rejeição à PEC 206 não pode se restringir aos meios virtuais. Deve servir para chamar a atenção sobre a necessidade de defender um sistema de ensino integralmente público e gratuito. É necessário entender os cortes de orçamento como parte das medidas privatistas, e opor uma resposta programática, com a expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

Essa luta implica situar a privatização da educação como parte da política de privatização da Petrobras, da Eletrobrás, dos Correios, do Banco do Brasil, da Caixa, dos metrô etc. A resposta aos ataques à educação não pode ser corporativa. É preciso unir todos explorados e oprimidos contra o intervencionismo e a espoliação imperialistas no país. As privatizações dos recursos naturais e industriais são a base para a privatização do ensino público. As centrais, os sindicatos e os movimentos devem pôr em marcha um movimento de defesa da economia nacional e de um programa próprio dos trabalhadores, que inclua a defesa da educação e da saúde, universalmente públicas. Essa união classista de forças possibilita constituir uma frente única anti-imperialista.

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação faz o chamado às centrais sindicais, sindicatos e movimentos estudantis e populares a erguer a luta por empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Erguer comitês e assembleias nos locais de estudo, de trabalho e de moradia e convocar um verdadeiro Dia Nacional de Lutas com bloqueios e paralisações.

Combater o estrangulamento orçamentário

No fim de maio, o governo federal anunciou mais um corte orçamentário atingindo o MEC com uma queda de R\$3,2 bilhões. Dias depois, afirmou que reduziria o corte pela metade. O orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior em 2022 já correspondia a menos da metade do orçamento de 2015. O governo mente ao dizer que o corte se dá para pagar o reajuste salarial dos servidores. A realidade é que o governo despeja rios de dinheiro para pagar juros da dívida pública, distribui uma fortuna para comprar políticos no Congresso Nacional e, agora, tenta jogar a culpa dos cortes nos servidores, cujos salários não são reajustados há cinco anos.

O estrangulamento orçamentário é insuportável. Neste momento, em que retornaremos às aulas 100% presenciais, será ainda mais necessário garantir a estrutura adequada e a garantia de permanência estudantil, com restaurante universitário, moradia e bolsas. A alta do custo de vida e o desemprego recaem de forma brutal sobre as famílias trabalhadoras. Diante de tantas necessidades, o orçamento da Educação, assim como da saúde, da habitação, etc. precisará ser ampliado e não reduzido. É preciso rejeitar qualquer adaptação aos cortes, impedir que a universidade se torne mais excludente, precária e privatista. Rechaçamos também qualquer prolongamento do ensino à distância.

Temos que reagrupar nossas forças contra os cortes e por financiamento integral. Que as entidades sindicais e estudantis convoquem os comitês e assembleias presenciais. Que seja construída no interior das instituições a Assembleia Geral Universitária, com estudantes, docentes e técnico-administrativos para definir os rumos do movimento.

Nenhuma concessão ao Ensino a Distância (EaD)

A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da educação, da educação infantil à pós-graduação. Tal movimentação confluiu com os interesses anteriores das corporações privadas de educação e de tecnologia, assim como dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Trata-se da manifestação da destruição da Educação que acompanha a fase de decomposição do capitalismo.

Amplia-se o abismo entre a teoria e a prática, o abandono, pela burguesia, da educação como processo de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade e expansão deste, e a sua transformação, cada vez mais, em mera mercadoria, em mero campo de valorização do capital.

A implantação das “aulas virtuais” traz diversas consequências sociais, políticas e educacionais: a universidade ficou mais excludente para seus discentes, o trabalho docente encontra-se subordinado a maiores desgastes físicos e mentais.

O retorno às aulas presenciais tem se dado de forma heterogênea nas IFES, sendo os Institutos Federais os que vêm sendo impelidos primeiro ao retorno coletivo presencial. Com a substituição dos métodos de luta e organização presenciais pelos virtuais, o movimento de docentes, técnico-administrativos e estudantes foi levado a uma atomização e imobilismo sem precedentes. A direção do ANDES-SN, apesar dos estudos e posicionamentos que alertam para o "projeto do capital" para a Educação, no qual o EaD tem papel de destaque, não fez uma campanha contra o EaD, emitiu posicionamentos tímidos e, ao subordinar-se à política burguesa do isolamento social, aceitou, na prática, a aplicação do EaD. Sendo assim, são as burocracias universitárias e os governos que determinam o ritmo e as condições do retorno.

As pressões menores ao retorno presencial das universidades deve-se a como esse prolongamento expressa a adaptação aos cortes orçamentários. Em 2021, ante o corte e o contingenciamento que inviabilizou o pagamento de contas básicas como energia elétrica em algumas instituições, reitores alertavam que as universidades fechariam, caso fosse exigido o retorno presencial. É preciso compreender que o prolongamento do EaD não se deve apenas a uma medida de proteção sanitária, mas, fundamentalmente, a uma adaptação burocrática e corporativa ao estrangulamento orçamentário que fez com que a imensa maioria das instituições não realizasse reformas e ampliação em suas estruturas para possibilitar maior distanciamento entre as pessoas, circulação e filtragem de ar, e, muito menos, contratação de mais docentes para garantir turmas menores. Todas as adaptações confluíram com o projeto privatista, excludente e destruidor da Educação.

Não poderia ser diferente diante da total ausência do movimento universitário organizado, valendo-se dos métodos presenciais de luta, com greves, bloqueios, ocupações e manifestações massivas.

REUNI Digital, hibridização e tendências da incorporação do EaD nas IFES

Em outubro de 2021, o MEC apresentou o Programa Reuni Digital, por meio do qual pretende criar, até 2024, nas Universidades Federais, 1,6 milhão de vagas de ensino superior a distância. A proposta inclui a criação de uma Universidade Federal Nacional de Educação a Distância. Afirma-se que, assim, seria possível cumprir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece que as instituições públicas deverão contabilizar 40% das novas matrículas em educação superior.

Atualmente, o sistema público de educação abrange apenas 24,2% dos universitários. No EaD, a concentração das vagas na rede privada é ainda maior, sendo que a oferta pública corresponde a 6,4%.

O governo usa os dados sobre a expansão do EaD na rede privada, que já alcança 50,7% das vagas, para criar um espírito de competição em que as públicas deveriam buscar o mesmo patamar. Não falta a cobertura democratizante que afirma que essa seria a via para inserir mais estudantes pobres e trabalhadores.

O REUNI Digital também propõe a inserção, nos currículos das licenciaturas, a formação na docência online e a realização de estágios online na Educação Básica. No ensino superior, permite o estágio docência online para os pós-graduandos. Já se prevê também a elaboração de estudos sobre as formas de contratação e remuneração aos tutores de EaD. O EaD forjado sob o governo Lula, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), remunera os

tutores por meio de bolsas. Com o alargamento dessa categoria precarizada, o governo busca institucionalizar a fragmentação da categoria docente.

Uma das movimentações operadas, no momento, é para que haja um novo marco regulatório da educação que quebre a separação entre modalidades de ensino presencial ou a distância, garantindo uma maior flexibilização, hibridização e possibilidade de trânsito dos discentes entre várias formas em suas “trilhas de aprendizagem”. Pretende-se, assim, uma formação ainda mais esvaziada e fragmentada, oculta sob os lemas dos organismos internacionais, já amplamente aplicados na Educação Básica, de desenvolvimento de habilidades e de competências, foco no “aprender a aprender” e na farsa da autonomia discente.

Não é de hoje que as legislações educacionais impulsionam a “hibridização” na Educação Básica e Superior. Além de aprovar a Reforma do Ensino Médio, o governo Temer, emitiu a Portaria n. 2.177/2019 que permite até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Após a experiência massiva de implantação do EaD, o governo e as reitorias pretendem que essa realidade torne-se cada vez mais presente no cotidiano pós-pandemia. É preciso erguer, desde já, um forte movimento de combate ao EaD, o que só pode se dar com um programa de expropriação sem indenização das empresas que lucram com esse negócio. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

TEXTO 3

Contribuição do(a)s professore(a)s Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Erika Suruagy (AdUFERPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), Juanito Vieira (ApesJF), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE).

O QUE A CONJUNTURA IMPACTA NA VIDA DOCENTE?

REMOVER O GOVERNO CRIMINOSO DE BOLSONARO PARA RECONSTRUIR E TRANSFORMAR O BRASIL

Um cenário de destruição e terror

O CONAD do ANDES-SN se reúne numa grave situação política em que se assiste ao aprofundamento dos ataques aos direitos do povo trabalhador pelo governo Bolsonaro. Enquanto debatemos, a situação de destruição de direitos, conquistas e do serviço público avança.

Em 27 de maio, alegando que é para permitir um reajuste linear de 5% aos servidores, o Governo Bolsonaro anunciou um corte monstro de 14,5% no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior e IFs (Institutos Federais), recuando depois para uma facada de “apenas” 7,2%, isto num contexto de esmagamento salarial dos servidores, incluindo a categoria docente, com a negativa da reivindicação de 19,9% exigida pelo movimento unificado do serviço federal.

Nestas mesmas instituições federais, prossegue o regime de terror implantado pelos interventores impostos por Bolsonaro nas reitorias, além de outros reitores bolsonaristas, com perseguições de docentes e servidores (as) técnico-administrativos (as), tentativas de remoção das sedes dos sindicatos de docentes e de técnico-administrativos (as) dos campi, censura nos

órgãos de comunicação das instituições (como recentemente ocorreu na UFC, com a exoneração do jornalista Nonato Lima da Rádio Universitária FM) e a instalação de um sistema policial de monitoramento das entidades de servidores (as), de docentes e de discentes.

No parlamento, o Governo Federal, ao apagar das luzes de seu mandato, pratica uma política de terra arrasada. É neste contexto que se colocou na ordem-do-dia a introdução da cobrança de mensalidades nas IFES (no momento em que escrevemos esta contribuição, a PEC 206/2019 havia sido retirada da pauta), gerando um clamor de repúdio na sociedade e, em particular, no movimento de docentes, servidores (as) e estudantes.

Estes novos ataques, há poucos meses das eleições, constituem um pacote mais amplo do qual fazem parte a aprovação na Câmara dos Deputados do PL 3261/2015 do chamado *homeschooling* (ensino domiciliar) implantação definitiva da contrarreforma do Ensino Médio, que abre as portas para a exploração privada da educação pública brasileira, inclusive, por meio da educação a distância, precarizada.

Este conjunto de medidas aparecem num horizonte de recrudescimento de um estado de terror na sociedade brasileira. Nas semanas que antecederam este CONAD, assistimos a continuidade e o aprofundamento dos sinais de avanço de um estado terrorista contra o povo. Numa mesma semana, com diferença de apenas um dia, a sociedade assistiu horrorizada um novo massacre no Rio de Janeiro, em 25 de maio, quando 25 pessoas foram assassinadas numa operação que estranhamente reuniu a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal na Vila Cruzeiro, no bairro da Penha. O massacre culmina um número de 593 chacinas praticadas pelas polícias num intervalo de 15 anos, 16 só no ano de 2022, segundo Grupo de Estudos de Novas Ilegalidades da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF).

Apenas um dia depois, Genivaldo de Jesus Santos, um homem negro, sofrendo de esquizofrenia, foi assassinado por asfixia numa câmara de gás improvisada num camburão da PRF, numa ação gravada e difundida amplamente nos meios de comunicação e nas redes digitais. Bolsonaro normalizou o fato e promoveu membros da direção da PRF.

Ao se aproximar as eleições e na iminência da derrota, Bolsonaro promove este tsunami de ataques aos direitos da classe trabalhadora e do povo combinado com a tentativa de aterrorizar a sociedade com estas cenas de um estado policial terrorista, inclusive, com um projeto no Rio de Janeiro de disponibilização de armas à PMs da reserva.

Este cenário ocorre no meio de uma profunda crise institucional, sob certos aspectos, sem precedentes que sacode as cúpulas do Estados, na qual Bolsonaro aprofunda seu método de governo através de seguidas crises, que alimentam e mobilizam suas matilhas nas ruas e nas redes, ao passo em que as atuais instituições ou se submetem ou reagem de forma covarde e por meios que são incapazes de proteger os direitos e as liberdades, com os ministros do STF tentando se recompor com os generais e mesmo com Bolsonaro, apesar de reações midiáticas de ministros como Alexandre de Moraes, mostrando que não é daí que virão as medidas que ajudem a derrotar a ofensiva antidemocrática do atual presidente.

Unidade para remover Bolsonaro

A crescente confiança de Bolsonaro na ofensiva contra as liberdades e os direitos, e a covardia e cumplicidade das atuais instituições de Estado mostram que, como no lema da Revolução Mexicana de 1910, “só o povo salva o povo”.

Produto do golpe de 2016, da fraude eleitoral após a prisão de Lula em 2018, a permanência de Bolsonaro revela o grau de apodrecimento das atuais instituições políticas do país no qual se articulam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Essa situação permite o avanço do projeto de destruição social e econômica, a serviço dos interesses de banqueiros (as), empresários (as) e latifundiários (as), expressos na reforma trabalhista, da previdência, na destruição ambiental, na liberação de agrotóxicos, na postura genocida do governo na pandemia, etc.

Na presente situação, as instituições respondem com novas tentativas de normalizar as relações com o Genocida, seria necessário ao movimento operário e popular, no nosso caso, ao movimento, enfrentar o debate sobre uma reforma profunda das instituições, discutindo como efetiva-la, pois a eleição de um novo governo não garante por si só as mudanças que a população necessita e para as quais querem derrotar Bolsonaro, como mostram as várias pesquisas eleitorais, um debate que deve considerar experiências tais como a do povo chileno que culminou da assembleia constituinte.

O fato é que fica cada vez mais claro que a saída para a crise atual passa por devolver a palavra ao povo, para construir novas instituições, recuperarmos o que foi destruído e avançar nas transformações que assegurem as urgentes demandas populares, da educação e do ensino superior.

O ANDES-SN dever dar seu grão de contribuição à derrota de Bolsonaro e do Bolsonarismo, recuperando seu papel histórico de fator de unidade das organizações, unidade hoje que é uma condição *sine qua non* para que o povo se livre do Governo Bolsonaro, abrindo uma via de transformações efetivas no país.

O ANDES-SN tem o direito de ficar indiferente às eleições de 2022?

Independentemente da vontade de cada um de nós, a luta para acabar com o este governo pode, e é cada vez mais provável que venha a ocorrer, desembocar na via eleitoral. A 3 meses do pleito, quando o CONAD se reunir, com as instituições sustentando o governo Bolsonaro, o mais provável é que os trabalhadores e o povo se sirvam do voto para removê-lo. Diante do risco que Bolsonaro representa, é fundamental derrotá-lo o mais rápido possível, ainda no 1º turno.

O movimento docente, parte do movimento da classe trabalhadora, não tem interesses distintos nem opostos aos do povo. Ao contrário, deve se esforçar para ser parte ativa do movimento popular para derrotar o atual governo.

Por isto, numa situação em que o povo fará do voto sua arma para enxotar Bolsonaro o ANDES-SN não tem o direito de ficar indiferente à luta eleitoral a pretexto de um suposto zelo pela independência e pela autonomia.

Na conjuntura concreta, é a candidatura Lula, que aparece como um verdadeiro instrumento de reversão desta conjuntura, derrotando Bolsonaro nas ruas e nas ruas no 1º turno. Nem a dita 3ª via, e nem outra vertente, foram capazes de erguer uma ferramenta para derrotar eleitoralmente Bolsonaro. Nossa responsabilidade é a de, no processo eleitoral, intervir como sindicato, apontando para a reconstrução e transformação do país. Neste sentido, a intervenção de Bolsonaro no contexto eleitoral deve estar associada à luta por reivindicações da nossa categoria. Em uma palavra, os participantes do CONAD devem assumir plenamente a luta para

derrotar Bolsonaro e seus generais, preservando naturalmente sua independência e autonomia. Mas não se trata de dar um cheque em branco a nenhum candidato.

Trata-se, por outro lado, de reconhecer o papel que a candidatura Lula ocupa objetivamente e, assim, de tomar uma iniciativa independente em direção ao único candidato que pode ser instrumento da derrota de Bolsonaro.

Propomos discutir e elaborar uma carta de reivindicações com as demandas que esperamos sejam cumpridas por um eventual governo Lula, a ser divulgada na categoria e entregue ao candidato. **Com isso, nos somamos a outros sindicatos que já fizeram o mesmo, como o SINASEFE e a FASUBRA.**

Por uma plataforma de emergência para tirar o país da crise

A luta colocada neste 2022 é para reconstruir e transformar o país, o que exige a derrota de Bolsonaro, a esta altura, provavelmente pela via eleitoral. A derrota do atual governo deve ensejar a conquista de reivindicações capazes de restituir ao povo brasileiro tudo o que foi destruído.

Propomos que o ANDES-SN se junte ao conjunto do movimento sindical, popular e de juventude como um todo, para levantar bandeiras como:

- ✓ Aumento geral e imediato dos salários, com a retomada do cálculo de aumento do salário mínimo. Recuperação das perdas dos (as) servidores (as) públicos.
- ✓ Tabelamento dos preços da cesta básica.
- ✓ Defesa da Eletrobrás, volta do monopólio da Petrobrás e revogação das OSs. Um passo nessa via seria a retomada o modelo de partilha na exploração do petróleo.
- ✓ Revogação incondicional da reforma trabalhista.
- ✓ Revogação da reforma da previdência.
- ✓ Revogação da EC 95 (teto de gastos), recomposição das verbas da educação, da saúde e da cultura.
- ✓ Garantia do ensino público, gratuito e laico em todos os níveis e modalidades.
- ✓ Recuperação do financiamento do ensino técnico/tecnológico, da educação superior, da ciência e tecnologia e da pesquisa.
- ✓ Posse a todos os reitores eleitos. E encaminhamento do fim da lista tríplice para as universidades públicas federais.
- ✓ Fim da tutela militar (art. 142), desmilitarização das PMs.
- ✓ Reforma agrária com financiamento, assistência técnica e financeira e distribuição.
- ✓ Demarcação das terras indígenas sem restrição.
- ✓ Titulação dos quilombos rurais e urbanos.
- ✓ Despejo zero, construção de moradias populares.

Mobilizar a categoria em diálogo com sua realidade

Do 40º Congresso ao CONAD se passaram apenas 3 meses. Neste período, há o fato positivo de termos tido uma tentativa de campanha salarial ao lado dos demais setores do serviço federal, ainda que a luta nas estaduais e municipais tenham permanecido no habitual isolamento e solidão.

A campanha salarial, contudo, chega ao seu fim sem alcançar as reivindicações. Há dificuldades no conjunto das entidades, muito agravadas pelos 2 anos de pandemia e por uma insistência a manter o movimento no plano virtual, mesmo depois da volta do grosso das categorias ao trabalho presencial. A semana de lutas das estaduais, por exemplo, foi marcada por um conjunto de intermináveis “lives”, onde o radicalismo verbal se combinava com a inação real.

No plano das federais, as seguidas reuniões de setor se consumiram em uma discussão abstrata sobre a deflagração da greve. Abstrata porque não se debruçou sobre as dificuldades reais, sobretudo o fato de que professoras e professores estavam, naquele momento, apenas voltando a pisar nos campi, depois de 2 anos de ensino remoto, 2 anos de rompimento de seus laços sindicais e de solidariedade, 2 anos dos quais não seria razoável esperar voltar já em greve. Isto sem falar no significativo número de instituições em férias no período pós-Congresso de Porto Alegre. O tempo consumido no escrutínio acerca de quem era combativo e pela greve contra quem seria supostamente contra a greve teria sido mais produtivamente ocupado discutindo o que fazer para reunir as condições para a mobilização, como reatar os laços com a base depois de tanto tempo de ausência, enfim para retomar o processo de mobilização.

Ao contrário disso, a diretoria parecia mais interessada em usar a bandeira da greve para mostrar um serviço que não mostrou, não período da pandemia, em que as dificuldades eram reais, mas nos últimos 6 ou 7 anos, quando, sob os piores ataques de Temer e Bolsonaro, não foi capaz de encetar nenhuma resposta contundente, o que dizer de um movimento grevista?

Nunca gritos pela greve estiveram tão associados à inação real quanto a iniciativas, mesmo modestas, mas necessárias de reunir, congregar a categoria por meio de um plano nacional de mobilização, inclusive para reunir as condições para paralisar de verdade o trabalho nas IFES.

O CONAD vai ter oportunidade de avaliar o indicativo de greve encaminhado pelo sindicato. Esperamos que o balanço não se torne mero tiroteio sectário mas sirva para que se tire lições da situação vivida.

Superar o isolamento e construir a unidade para derrotar Bolsonaro

Se este é o quadro na vida interna da categoria, nestes meses após o Congresso, continuamos a assistir a habitual negativa do sindicato de marchar com outras entidades na base de pontos de unidade, enquanto Bolsonaro recrudesce os ataques aos direitos, aos salários e responde com truculência às reivindicações. No 40º Congresso não houve sequer unidade para estarmos lado a lado com todas as entidades que hoje defendem a ciência, como a SBPC. O texto de resolução proposto neste sentido, no esforço de apontar a urgência dessa unidade, foi derrotado.

O ato mais simbólico disso foi o de marcar o CONAD para a mesma data da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), cuja participação do ANDES-SN já houvera sido refutada por maioria no 40º Congresso. O que não proibiu muitas seções sindicais de participar das etapas preliminares do evento e eleger delegações à CONAPE. Obviamente o adiamento do CONAD por alguns dias não seria atentatório nem aos estatutos e nem à democracia. O que permitiria tanto às seções que assim decidiram comparecer à CONAPE, como ao próprio ANDES-SN enviar uma delegação na qualidade de observadora à Conferência, sem desprezar orientação congressual.

Prevaleceu, porém a decisão de manter o CONAD na data da CONAPE, num ato que nada tem de coincidência, mas que reafirma a posição política que há anos orienta nosso sindicato de manter o isolamento, e negar a busca de pontos que permitam a ação comum. Ao contrário a sinalização da diretoria do ANDES-SN em escolher essa data aponta para os mais de 3000 delegados e delegadas, muitos da base do próprio ANDES-SN, o lamentável boicote à Conferência. O argumento de que as mais de 40 entidades que se reunirão na CONAPE têm posições diferentes e mesmos opostas às do ANDES-SN é representativo do tipo de visão que tem infelizmente predominado em nosso sindicato, levando-o a um exclusivismo contraproducente que o leva a tentar permanentemente criar articulações que se caracterizam por nos reunir apenas às organizações que compartilham das mesmas opiniões.

É preciso superar esta visão estreita que tem empurrado o ANDES-SN para cada vez mais longe de sua história de pilar da unidade na luta pela democracia em nosso país, história construída em décadas, mas que pode se perder a se manter a atual orientação.

É com esta contribuição que os signatários se dispõem para o debate nas assembleias e no CONAD.

Brasília, 5 de junho de 2022

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professore(a)s Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguiar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiüça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

LUTAR PELO PODER POPULAR! PELO SOCIALISMO E O INTERNACIONALISMO! FORA BOLSONARO!

CONSTRUIR A UNIVERSIDADE POPULAR!

Nestes últimos meses do ano temos uma acirrada disputa pelos rumos da classe trabalhadora e da sociedade. De um lado o negacionismo fascista e neoliberal que pretende acabar com as conquistas civilizatórias obtidas nas duras batalhas dos povos e da classe trabalhadora. Do outro lado, a classe trabalhadora com suas demandas de emancipação política e humana.

As lutas da classe trabalhadora não começaram com as greves do ABC paulista em 1978. Tem uma história muito longa, que remonta ao início do capitalismo, com o lastro de exploração e opressão de todo tipo. Um fato marcante desta história é o surgimento das organizações políticas da classe operária, na esteira do Manifesto Comunista de 1848, redigido por Marx e Engels para a Liga dos Justos, uma organização de trabalhadores alemães que residiam na Inglaterra. O Manifesto colocava em evidência que os trabalhadores, como classe internacional, têm um objetivo em comum: acabar com o regime de propriedade privada dos meios de produção e de câmbio, através da auto-organização dos trabalhadores e da luta pela tomada do poder. No Manifesto está dito que *“o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à condição de classe dominante, a conquista da democracia”* e o objetivo imediato é a *“formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”*. Poucas décadas depois, em 1871, temos a primeira experiência de poder popular com a Comuna de Paris, que veio a ser um laboratório para a práxis da classe operária que deixou, entre outros ensinamentos, que *“não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”*, como destacado por Lenin. Com este acervo de experiências, em 1917, os bolcheviques conquistaram o poder político para o proletariado e o povo trabalhador, na Rússia, abrindo uma nova época histórica. Na trilha desta vitoriosa revolução de outubro, surgirão os partidos comunistas no mundo todo. Assim, há exatamente 100 anos, entre nós, no atual município de Niterói, um pequeno grupo de trabalhadores deu início à heróica epopéia da constituição do Partido político da classe operária, dando à luz o **Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC)**, organização política da classe trabalhadora, em permanente construção e reconstrução. Por ocasião deste marco histórico, saudamos ao PCB e a todos os lutadores que se referenciam nas lutas socialistas e comunistas, nestes 100 anos de vida!! Lembramos particularmente seus mártires, torturados, assassinados e desaparecidos, e exigimos, mais uma vez: **Memória, verdade, justiça e reparação!**

Lembramos estes 100 anos de vida na quadra histórica da bifurcação de caminhos em que a classe trabalhadora no Brasil se encontra: ou avança na autoconstrução e reorganização social, político e ideo-cultural com a perspectiva do Poder Popular como caminho para o socialismo, ou aprofunda a subalternização ao poder da classe dominante, a burguesia local subserviente ao imperialismo, rumo à barbárie. Sem negar a importância de alianças táticas, por objetivos específicos - como sem dúvida é a derrota eleitoral do atual presidente Bolsonaro - devemos refletir sobre a necessidade da defesa da independência de classe para avançar no enfrentamento dos problemas da sociedade capitalista. A experiência recente da “primavera progressista”, na América Latina, da qual fazem parte os governos do PT e seus aliados, deixa como ensinamento o reconhecimento dos limites, muito estreitos, das políticas de governo de

conciliação de classes. Os triunfos eleitorais na Bolívia, Chile, assim como um eventual triunfo do candidato da esquerda, Gustavo Petro, na Colômbia, no segundo turno no mês de junho, junto com a derrota de Bolsonaro no Brasil, poderia augurar uma retomada daquela primavera progressista, só que num patamar bastante mais rebaixado, configurando na melhor das hipóteses, em lugar de uma primavera, um “outono progressista”. A classe trabalhadora não pode estar resignada à histórica subalternidade, atuando como mera força auxiliar, apostando em alianças com as ilusórias frações progressistas das burguesias locais. Os dramáticos índices de barbárie social, que a recente pandemia agravou, não são o resultado apenas de um governo neofascista e ultraneoliberal, mas sim um resultado do funcionamento regular do capitalismo monopolista financeirizado na sua fase contemporânea de crise geral, estrutural e orgânica.

Para um sindicato classista, como o Andes-SN, impõe-se na atual conjuntura manter e fortalecer a luta nas ruas, tanto pelas demandas econômico-corporativas, como a atual luta no setor das IFES pela reposição salarial de 19,99% junto com o Fonasefe, quanto pelas demandas pelo fim das intervenções nas universidades e pela defesa da universidade pública e popular. É necessário construir greves seja junto com Fonasefe, seja junto com os sindicatos da educação federal: Sinasefe e Fasubra. Entretanto, não podemos ignorar que no processo de construção da greve dos SPF têm se manifestado sintomas de apassivamento na base do sindicato e em setores da vanguarda, que merecem uma cuidadosa análise.

Neste Conad, é necessário aprovar o plano de lutas da Educação, e fazer os duros enfrentamentos que sejam necessários sem apostar num contexto mais “benigno” no cenário político-institucional pós eleições nacionais. As lutas não podem ser deixadas para depois das eleições nacionais.

Podemos mencionar quatro novos ataques que neste último período têm acontecido no setor da educação. O primeiro é o projeto de *homeschooling* ou de educação domiciliar que já foi aprovado na câmara dos deputados. É um exemplo da concepção ultraneoliberal da sociedade, uma sociedade de indivíduos e famílias isoladas. Os setores mais conservadores querem, com esta forma de educação, evitar que as crianças sejam "doutrinadas" pelo “marxismo cultural” nas escolas, deixando nas mãos das famílias a educação dos filhos.

O segundo ataque é a proposta de emenda constitucional nº 206 que autoriza a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Este projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), no Congresso Nacional. A mobilização do Andes-SN, das entidades sindicais da educação e do movimento estudantil conseguiu que a PEC fosse arquivada. O fundamento desta renovada proposta de excluir o caráter gratuito da educação superior está numa proposta do Banco Mundial de 2017 denominada Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Lembramos que desde o ano de 2017 o STF reconheceu a possibilidade de as universidades públicas cobrarem por cursos de especialização.

O terceiro ataque que registramos acaba de acontecer, com mais um corte do orçamento das universidades, da ordem de 1,6 bilhões de reais (inicialmente o corte anunciado foi de 3,23 bilhões de reais). Com a medida, as IFES deverão realizar novos cortes nas verbas destinadas para pesquisas científicas, projetos de extensão, manutenção e assistência estudantil para alunos em vulnerabilidade social e econômica, tornando ainda mais difícil o pleno retorno às atividades presenciais. Os cortes no orçamento das IFES são uma constante desde o ano de 2015. Aliás, lembremos que naquela oportunidade o Andes-SN, via seu setor das IFES, realizou uma prolongada greve, denominada em determinado momento pelo Comando de Greve de “greve necessária”. Até a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

Superior (Andifes) publicou uma nota em que repudia o corte de verbas. De acordo com a entidade, o bloqueio é "inadmissível, incompreensível e injustificável".

Finalmente, o quarto ataque que mencionamos é a proposta do Reuni Digital que o MEC está por anunciar nestes próximos dias. Através deste programa o MEC pretende criar, até o ano de 2024, 1,6 milhões de vagas no ensino superior na modalidade de ensino a distância. Este projeto propõe a criação da Universidade Federal Nacional de Educação a Distância. É um projeto que avança na privatização e mercantilização da educação superior, que implode o tripé ensino, pesquisa e extensão, que desconsidera o papel importante da vivência dos espaços universitários, essencial para a formação do(a)s estudantes, além da falta de clareza quanto ao recurso financeiro, uma vez que as verbas do MEC estão sendo contingenciadas, assim como a não inclusão de universidades estaduais e institutos federais.

Diante deste quadro, torna-se ainda mais necessária uma resposta contundente do nosso sindicato frente a todos estes ataques. Fica cada vez mais evidente que diante do projeto de educação do Capital, temos que realizar a contraposição do projeto de educação da classe trabalhadora, isto é, o projeto de Escola e Universidade Popular. A não realização do IV ENE, neste ano, deixa um vazio político que temos que preencher. Nesse sentido, entendemos que o Seminário Estado e Educação pode cumprir um importante papel aglutinador das forças que, contra o projeto de educação do Capital, lutam pela Escola e Universidade pública e popular.

Unidade Classista, futuro socialista!

Tema III: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

APLICAÇÃO DE SANÇÃO AO SINDICALIZADO REGINALDO SILVA DE ARAÚJO

TEXTO DE APOIO

Em 28.06.2021, o Triunvirato recebeu denúncia quanto a fatos envolvendo membros da atual Diretoria e da gestão 2018-2020 do ANDES-SN na Regional Pantanal. Considerando as informações conflitantes que chegaram ao seu conhecimento, bem como a gravidade de algumas das afirmações feitas na denúncia, a Diretoria deliberou por constituir uma Comissão para apuração dos fatos e condução de encaminhamentos.

Referida Comissão, constituída em reunião de Diretoria ocorrida em 21 de julho de 2021, foi composta por Rivânia Lúcia Moura de Assis (Presidenta), Gustavo Seferian Scheffer Machado (Encarregado de Assuntos Jurídicos) e Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro e membra da coordenação do GTPCEGDS).

No bojo dos trabalhos de apuração - que foram concluídos sem maiores percalços quanto à lida dos atuais membros da Diretoria -, a Comissão foi noticiada, no curso de uma oitiva, de fatos envolvendo diretamente o ex-diretor Reginaldo Silva de Araújo. Por essa razão, informada pela Comissão, a Diretoria deliberou, em reunião ocorrida em 14 de novembro de 2021, pela continuidade aos trabalhos de apuração, com vistas especificamente a tratar dos fatos relativos à atuação do referido ex-diretor.

Para além de diversas reuniões e oitivas, a Comissão teve contato com documentos disponibilizados pelas partes envolvidas, que lhe instruíram na elaboração de um relatório final.

O relatório foi aprovado pela atual Diretoria, que indicou, pela gravidade das condutas - que esbarram no previsto no art. 10, I e III, do Estatuto do ANDES-SN - e materialidade do ocorrido, deve o ex-diretor Reginaldo Silva de Araújo ser sancionado, na forma do art. 11 do mesmo Estatuto, com sua exclusão do rol de sindicalizados.

Visando o exercício da ampla defesa e contraditório, ao sindicalizado será oportunizado o acesso integral dos relatórios e documentos obtidos pela Comissão, isso a fim de que possa apresentar sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias, e se assim desejar, poderá veiculá-la no caderno de textos anexo destinado ao CONAD. Registra-se que o prazo para apresentação da defesa e do referido texto é o dia 28.06.2022.

Dada a existência de documentos protegidos por sigilo legal e constitucional, bem como visando preservar exposições indevidas de todas as pessoas envolvidas no caso, aos membros da base do ANDES-SN será franqueado acesso aos relatórios da comissão, isso mediante assinatura de termo de responsabilidade, que será disponibilizado por meio de envio de documentos em pdf protegidos por senha individual e intransferível. A solicitação documental, bem como o aceite do termo de compromisso, deverá se dar pelo formulário infra:

<https://forms.gle/8t5kZqZxftgd37oT7>

Demais disso, será garantido ao ex-diretor Sr. Reginaldo Silva de Araújo a oportunidade, mesmo que não indicado como delegado ou observador à referida instância, de participação no espaço a fim de que se garanta sua defesa e oportunize a deliberação com o maior grau de lucidez possível pelos delegados e delegadas do 65º CONAD.

TR – 5

O 65º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. O 65º CONAD do ANDES-SN delibera, na forma do art. 11 de seu Estatuto, pela aplicação da sanção de exclusão ao sindicalizado Reginaldo Silva de Araújo, tendo em conta a violação do art. 10, I e III, do mesmo instrumento constitutivo.

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 66º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 66º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 17h do dia **15 de julho de 2022**, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 6

1. O 66º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.